

# (PROVISÓRIO)

## SUMÁRIO

### PARTE 1 DIREITO MATERIAL

<b>CAPÍTULO 1: Conceitos fundamentais .....</b>	<b>19</b>
1.1. Conceito de posse.....	19
1.1.1. Teoria Subjetiva de Savigny .....	19
1.1.2. Teoria Objetiva de Ihering .....	22
1.1.3. Teoria Social da Posse .....	26
1.2. Posse de Direitos Pessoais .....	30
1.3. Natureza Jurídica da Posse: Fato ou Direito?.....	32
1.4. Detenção.....	35
1.5. Posição mais Favorável do Possuidor .....	40
<b>CAPÍTULO 2: Classificação da Posse.....</b>	<b>41</b>
2.1. Posse Direta e Indireta.....	41
2.2. Posse Exclusiva e Compose .....	44
2.3. Posse Justa e Posse Injusta.....	47
2.4. Posse de Boa-Fé e Posse de Má-Fé .....	50
2.5. Posse Nova e Posse Velha .....	55
2.6. Posse <i>Ad Interdicta</i> e Posse <i>Ad Usucapionem</i> .....	56
2.7. Posse de Bem Público e de Bem Particular.....	57
2.8. Convalescimento da Posse Precária e a Intervenção do Caráter da Posse.....	60
<b>CAPÍTULO 3: Aquisição, transmissão e perda da posse .....</b>	<b>65</b>
3.1. Aquisição da posse .....	65
3.1.1. Modos de Aquisição .....	65
3.1.2. Aquisição da Posse na Sucessão Hereditária.....	67
3.1.3. Constituto Possessório .....	68
3.1.4. Quem Pode Adquirir a Posse.....	72
3.2. Transmissão da Posse.....	73

3.3. Perda da Posse.....74  
 3.3.1. Perda da Posse Não Presenciada pelo Possuidor.....76

**CAPÍTULO 4: Efeitos da posse .....79**

4.1. Interditos Possessórios.....79  
 4.1.1. Autotutela na Defesa da Posse.....80  
 4.2. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação aos Frutos .....83  
 4.3. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação à Responsabilidade Civil pelo Perecimento do Bem .....84  
 4.4. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação às Benfeitorias.....84  
 4.4.1. Direito de Retenção por Benfeitorias Necessárias e Úteis.....85  
 4.4.2. Compensação entre o Dano Sofrido e Benfeitoria Realizada.....89

**CAPÍTULO 5: Usucapião .....91**

5.1. Generalidades, Natureza Jurídica, Fundamento e Conceito.....91  
 5.2. Usucapião: Modo Originário ou Derivado de Aquisição da Propriedade? .....94  
 5.3. Requisitos Genéricos.....96  
 5.3.1. Posse Ininterrupta ou Contínua.....96  
 5.3.2. Posse sem Oposição .....99  
 5.3.3. Posse com Intenção de Dono (*Animus Domini*).....99  
 5.3.4. Bem Hábil a ser Usucapido (*Res Habilis*).....102  
 5.3.4.1. Usucapião de Terra Devoluta .....107  
 5.3.5. Tempo.....109  
 5.3.5.1. Ausência de Causas Obstativas ao Curso do Prazo de Prescrição Aquisitiva.....110  
 5.3.6. A Sentença é Requisito? .....113  
 5.4. Sentença Declaratória de Usucapião e Ação Publiciana.....115  
 5.5. Efeito Retroativo da Usucapião .....117  
 5.6. Legitimação para Usucapir.....118  
 5.7. Espécies.....120  
 5.7.1. Usucapião Extraordinária .....120  
 5.7.2. Usucapião Ordinária .....121  
 5.7.3. Usucapião Tabular .....123  
 5.7.4. Usucapião Especial Urbana (*Pro Moradia*) .....126  
 5.7.5. Usucapião Especial Rural (*Pro Labore*).....130  
 5.7.6. A Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel .....131  
 5.7.7. Usucapião Familiar .....134  
 5.8. Direito Intertemporal na Usucapião .....139

**CAPÍTULO 6: Expropriação Social .....143**

6.1. Semelhança da Expropriação Privada com a Usucapião.....147  
 6.2. Semelhança da Expropriação Privada com a Desapropriação .....148

<b>CAPÍTULO 7: Regularização Fundiária Urbana .....</b>	<b>149</b>
7.1. Legitimação Fundiária .....	153
7.2. Legitimação de Posse .....	154
<b>CAPÍTULO 8: Territórios Ocupados por Quilombos.....</b>	<b>155</b>

## PARTE 2

### DIREITO PROCESSUAL

<b>CAPÍTULO 1: Visão geral das ações possessórias.....</b>	<b>169</b>
<b>CAPÍTULO 2: Ações possessórias em sentido estrito (interditos possessórios) ...</b>	<b>171</b>
2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido).....	171
2.1.1. Espécies de proteção.....	173
2.1.1.1. Ação de interdito proibitório.....	173
2.1.1.2. Ação de manutenção de posse .....	174
2.1.1.3. Ação de reintegração de posse .....	175
2.1.2. Fungibilidade entre ações possessórias.....	176
2.1.3. Fungibilidade entre possessória e reivindicatória .....	177
2.2. Competência .....	178
2.2.1. Competência de justiça .....	178
2.2.2. Competência de foro .....	180
2.2.3. Competência de juízo.....	181
2.2.3.1. Juizados Especiais Cíveis.....	182
2.3. Legitimidade .....	183
2.3.1. Legitimidade ativa .....	183
2.3.1.1. Bens públicos.....	185
2.3.2. Legitimidade passiva .....	187
2.3.2.1. Cônjuges e companheiros.....	188
2.3.2.2. Terceiro adquirente.....	189
2.3.2.3. Grande número de pessoas.....	190
2.4. Suspensão do direito petitorio.....	190
2.4.1. Vedação ao ajuizamento de ação petitoria .....	190
2.4.2. Vedação à exceção de domínio .....	192
2.4.2.1. Oposição e exceção de domínio por parte do Poder Público .....	199
2.5. Procedimentos .....	201
2.5.1. Aspectos comuns .....	202
2.5.1.1. Valor da causa.....	202
2.5.1.2. Aplicação do procedimento comum .....	203

	2.5.1.2.1. Audiência de conciliação ou mediação.....	203
2.5.1.3.	Sentença.....	204
	2.5.1.3.1. Critérios.....	204
	2.5.1.3.2. Natureza jurídica.....	205
2.5.2.	Ações possessórias de posse nova (força nova).....	209
2.5.2.1.	Pedidos.....	209
	2.5.2.1.1. Autor.....	209
	2.5.2.1.1.1. Pretensão primária.....	209
	2.5.2.1.1.2. Pretensões secundárias.....	210
	2.5.2.1.1.3. Medidas de efetivação.....	211
	2.5.2.1.2. Réu.....	214
	2.5.2.1.2.1. Pretensão primária.....	214
	2.5.2.1.2.2. Pretensão secundária.....	214
	2.5.2.1.2.3. Natureza dúplice?.....	215
	2.5.2.1.2.4. Outras pretensões.....	217
2.5.2.2.	Tutela de evidência.....	219
	2.5.2.2.1. Requisitos.....	220
	2.5.2.2.2. Meios de prova.....	222
	2.5.2.2.3. Momentos de concessão.....	223
	2.5.2.2.4. Liminar.....	223
	2.5.2.2.4.1. Restrição contra a Fazenda Pública.....	224
	2.5.2.2.4.2. Restrição conjuntural: pandemia.....	225
	2.5.2.2.5. Audiência de justificação.....	229
	2.5.2.2.6. Caução.....	234
	2.5.2.2.7. Recorribilidade.....	236
2.5.3.	Ações possessórias de posse velha (força velha).....	240
2.5.3.1.	Pedidos.....	241
2.5.3.2.	Tutela provisória.....	241
2.5.4.	Ações possessórias multitudinárias.....	242
2.5.4.1.	Citação.....	245
2.5.4.2.	Intimação do Ministério Público.....	246
2.5.4.3.	Intimação da Defensoria Pública.....	247
	2.5.4.3.1. Natureza da atuação.....	248
	2.5.4.3.1.1. Atuação tradicional.....	248
	2.5.4.3.1.2. Atuação não tradicional.....	249
	2.5.4.3.1.2.1. <i>Custos vulnerabilis</i> .....	250
	2.5.4.3.1.2.2. <i>Amicus communitas</i> .....	252
	2.5.4.3.1.2.2.1. <i>Ação coletiva passiva?</i> .....	253
2.5.4.4.	Ampla publicidade.....	255
2.5.4.5.	Audiência de mediação.....	256
2.5.4.6.	Inspeção judicial.....	261
2.5.5.	Ações possessórias nos juizados especiais.....	262
2.5.6.	Tutela possessória em caráter antecedente.....	262

<b>CAPÍTULO 3: Ações possessórias em sentido amplo .....</b>	<b>269</b>
3.1. Ação reivindicatória .....	269
3.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido) .....	269
3.1.2. Legitimidade.....	270
3.1.2.1. Legitimidade ativa.....	270
3.1.2.2. Legitimidade passiva .....	270
3.1.3. Competência.....	271
3.1.4. Procedimento .....	272
3.1.5. Modalidades específicas.....	273
3.1.5.1. Ação de imissão de posse.....	273
3.1.5.2. Ação de renúncia de obra nova .....	274
3.2. Ação de embargos de terceiros .....	276
3.2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido) .....	276
3.2.2. Legitimidade.....	278
3.2.2.1. Legitimidade ativa.....	278
3.2.2.2. Legitimidade passiva .....	283
3.2.3. Competência.....	284
3.2.4. Procedimento .....	285
<b>CAPÍTULO 4: Usucapião .....</b>	<b>293</b>
4.1. Ação de usucapião .....	293
4.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido) .....	293
4.1.2. Legitimidade.....	294
4.1.2.1. Legitimidade ativa.....	294
4.1.2.2. Legitimidade passiva .....	294
4.1.2.2.1. Ação rescisória e querela nullitatis .....	295
4.1.3. Competência.....	295
4.1.4. Gratuidade de justiça.....	296
4.1.5. Suspensão do direito de ação possessório e petitorio .....	298
4.1.6. Usucapião como matéria de defesa .....	299
4.1.7. Procedimento .....	301
4.1.7.1. Procedimento comum.....	301
4.1.7.1.1. Citação.....	302
4.1.7.1.1.1. Citação por edital .....	302
4.1.7.1.1.2. Citação dos confinantes.....	303
4.1.7.1.2. Outras peculiaridades.....	306
4.1.7.1.2.1. Planta do imóvel .....	306
4.1.7.1.2.2. Ciência aos entes públicos.....	307
4.1.7.1.2.3. Intervenção do Ministério Público? .....	308
4.1.7.1.2.4. Usucapião coletiva .....	309
4.1.7.1.3. Tutela provisória.....	309
4.1.7.1.4. Sentença .....	310

4.1.7.2. Procedimento sumário (usucapião especial urbano).....	313
4.1.7.3. Procedimento sumaríssimo (usucapião especial rural).....	314
4.1.8. Modalidades semelhantes.....	316
4.1.8.1. Ação de expropriação social.....	316
4.1.8.2. Ação publiciana.....	317
4.2. Usucapião Extrajudicial.....	317
4.2.1. Espécie de usucapião administrativa.....	318
4.2.2. Amplitude.....	320
4.2.3. Relação com o pedido judicial.....	322
4.2.4. Requisitos do requerimento.....	324
4.2.4.1. Ata notarial.....	325
4.2.4.2. Planta e memorial descritivo assinados por interessados.....	327
4.2.4.2.1. Silêncio do proprietário.....	329
4.2.4.3. Certidões negativas.....	333
4.2.4.4. Documentação demonstrativa da posse.....	334
4.2.4.5. Outros requisitos.....	334
4.2.5. Ciência aos entes federados e demais interessados.....	335
4.2.6. Suscitação de dúvida.....	336
4.2.7. Acolhimento do pedido.....	337
4.2.8. Rejeição e impugnação do pedido.....	338
4.2.9. Função conciliatória do tabelião.....	339
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>341</b>